



Perfil Socioeconômico do Município de Palmitinho/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Costa, Nilson Luiz et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Palmitinho/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC



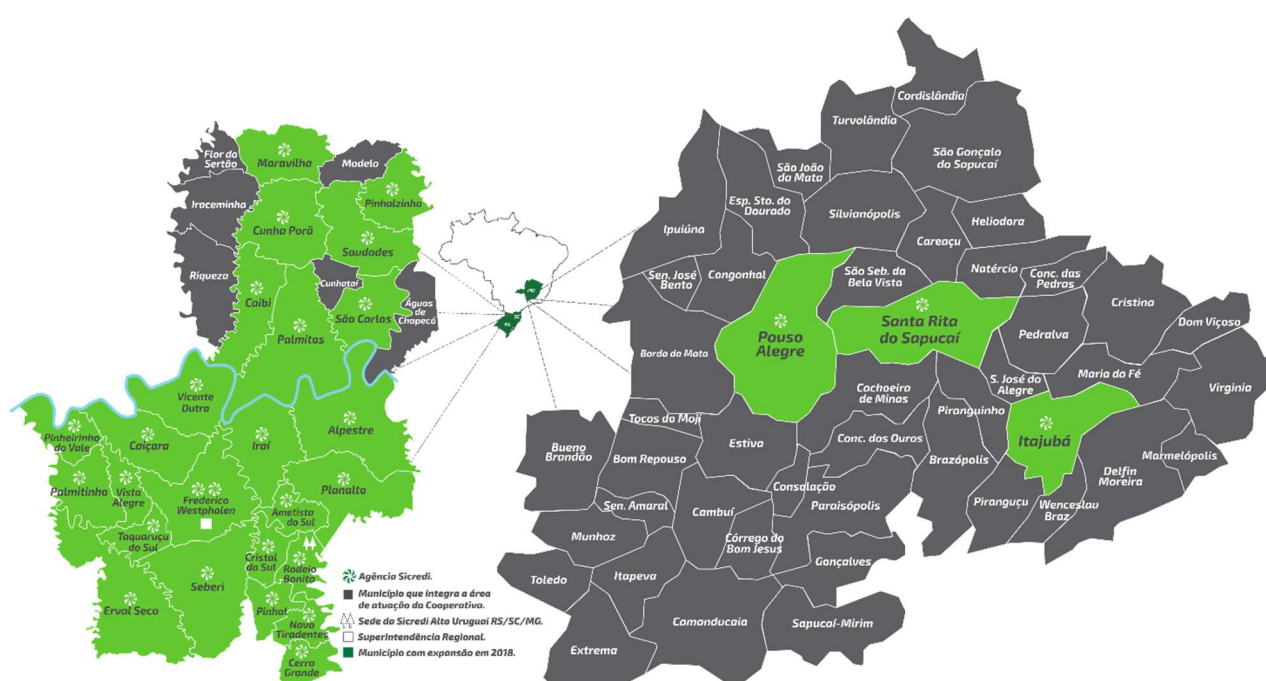
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMITINHO	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Palmitinho	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	8
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	29
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo, local e regional a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Palmitinho/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico e ambiental do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições de pessoas da sociedade e representantes de entidades para esta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMITINHO

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Palmitinho/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distante 435 Km da capital do estado, Porto Alegre. Possui limites com os municípios de Caiçara ao Norte, Vista Gaúcha ao Oeste, e Vista Alegre ao Leste e Sul.

Segundo a Lei nº 5.087 de 8 de novembro de 1965, o município de Palmitinho foi criado e instalado em 22 de maio de 1966, sendo desmembrado de Frederico Westphalen, com 144,1 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 500 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°21'17" ao Sul do Trópico de Capricórnio e longitude de 53°33'20" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por várias origens étnicas, dentre as mais numerosas, destacam-se a etnia italiana, alemã e luso-brasileira (Prefeitura Municipal de Palmitinho/RS, 2019). Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 7.057 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 6.920 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	1.669	48%	1.724	50%	3.393	49%
Rural	1.825	52%	1.702	50%	3.527	51%
Total	3.494	100%	3.426	100%	6.920	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 51% da população de Palmitinho vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 20% tem até 14 anos, 24% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	736	21,06	652	19,03	1.388	20
15-29 anos	848	24,27	831	24,26	1.679	24
30-59 anos	1.440	41,22	1.417	41,36	2.857	41
60 ou mais	470	13,45	526	15,35	996	15
Totais	3.494	100	3.426	100	6.920	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Palmitinho

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 97,6 milhões para R\$ 178,6 milhões, apresentando oscilações no período, sendo que de 2013 a 2016 o PIB Real se

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

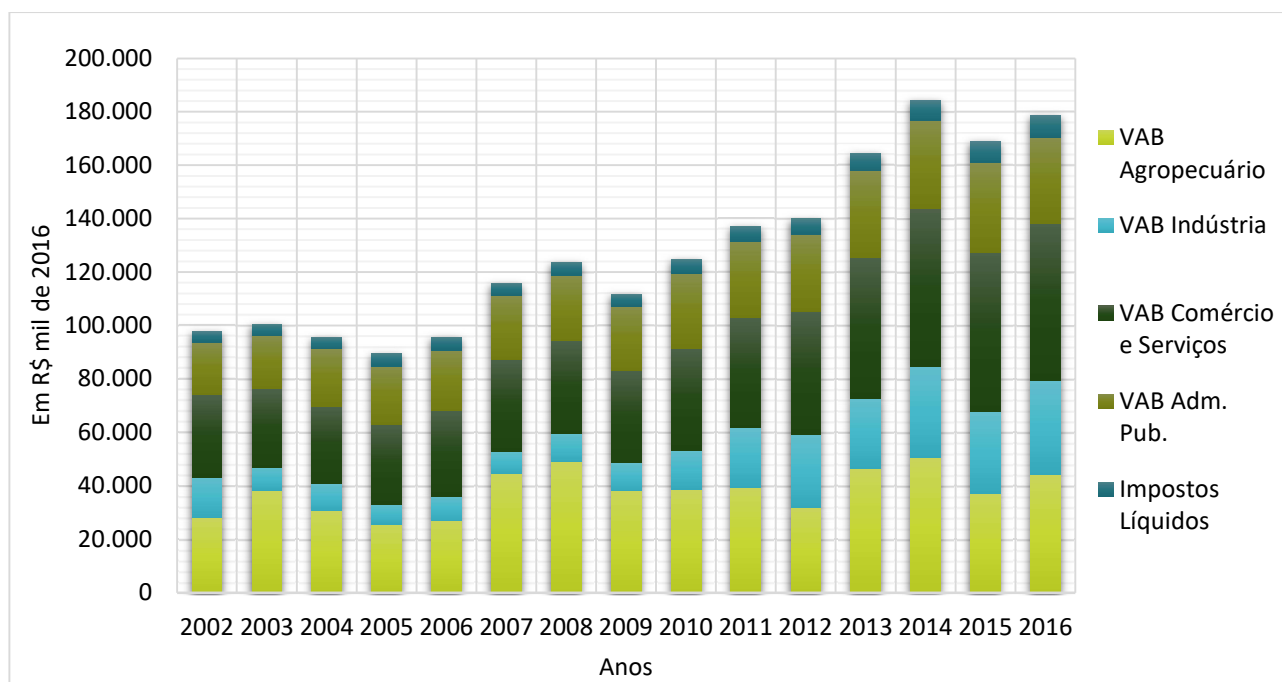
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

manteve acima de R\$ 160,00 milhões. Neste período, os serviços e o setor agropecuário se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas.

Entre os segmentos que mais contribuíram para o PIB, no ano de 2016, destacam-se: comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 58,75 milhões), agropecuária (VAB equivalente a R\$ 44,26 milhões), indústria (VAB equivalente a R\$ 35,28 milhões) e administração pública (VAB equivalente a R\$ 31,98), conforme é possível observar na Figura 2.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

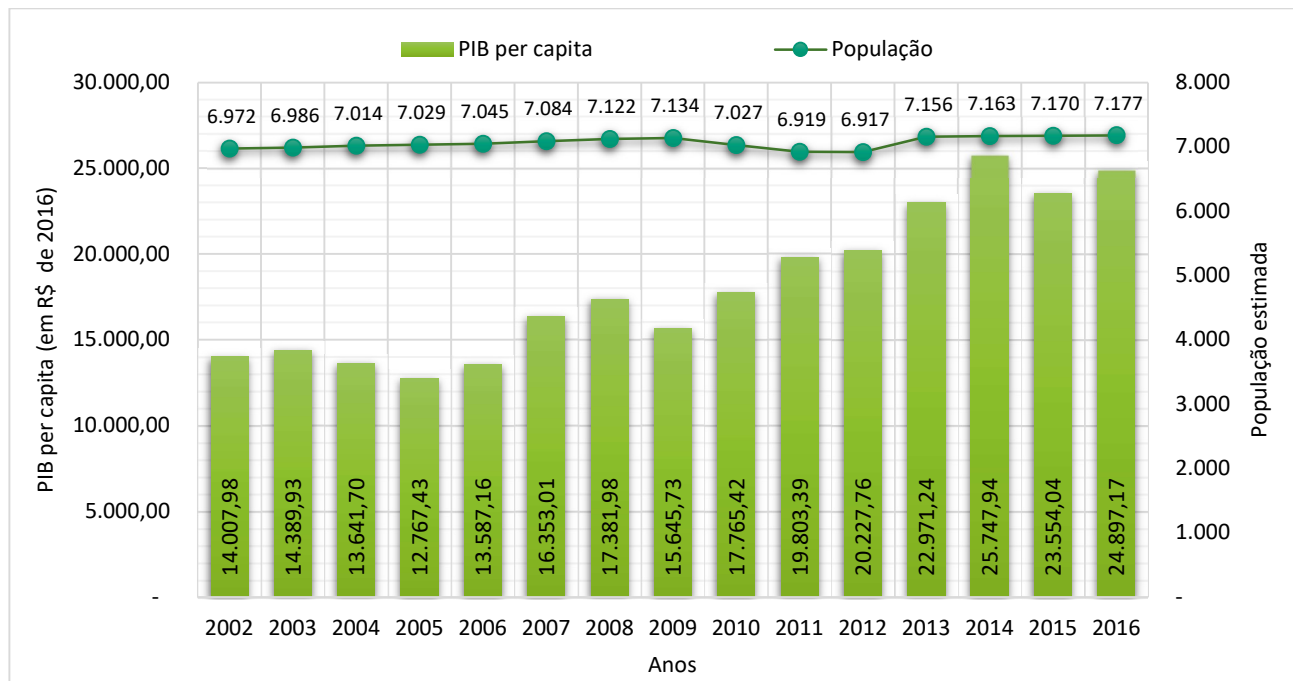


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos médios, observou-se entre 2002 e 2016, um acréscimo populacional, de 6.972 para 7.177 (2,94%).

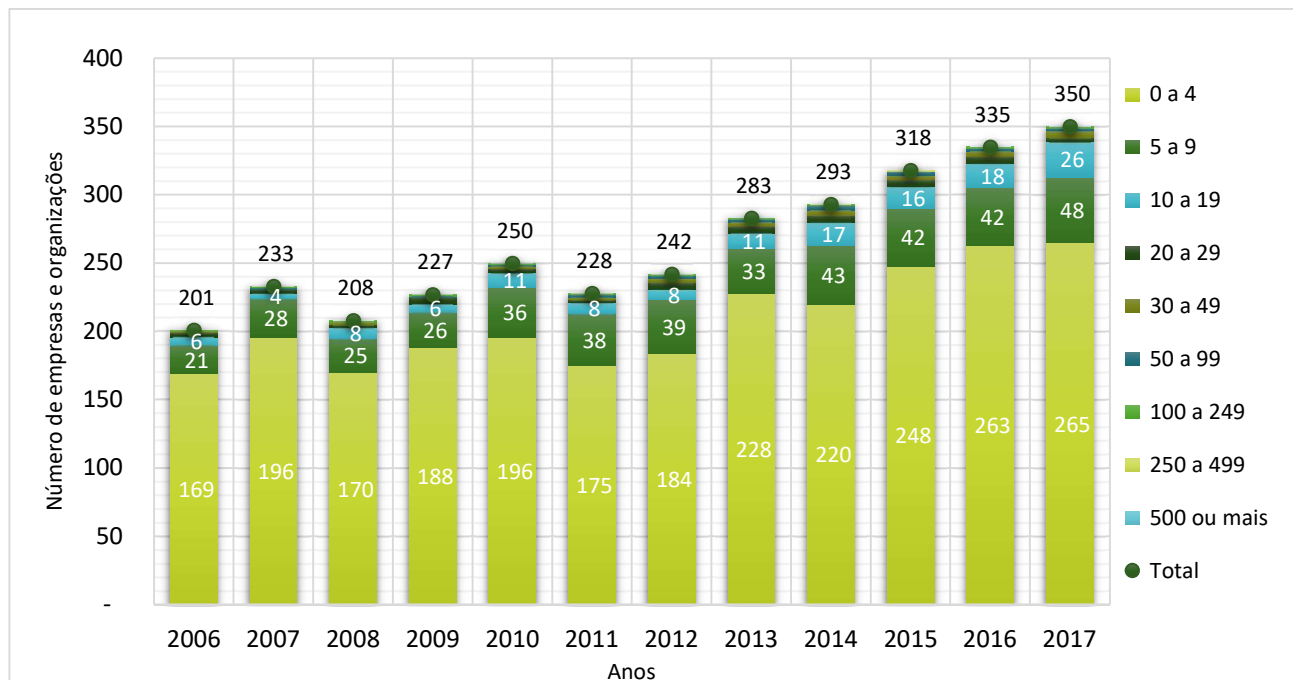
Do início do período analisado (2002 até 2016), o PIB per capita real evoluiu de R\$ 14.007,98 para R\$ 24.897,17, conforme é possível observar na Figura 3. Apesar do aumento, ainda se situa abaixo da média regional (R\$ 26,98 mil) e da média estadual (R\$ 36,21 mil).

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

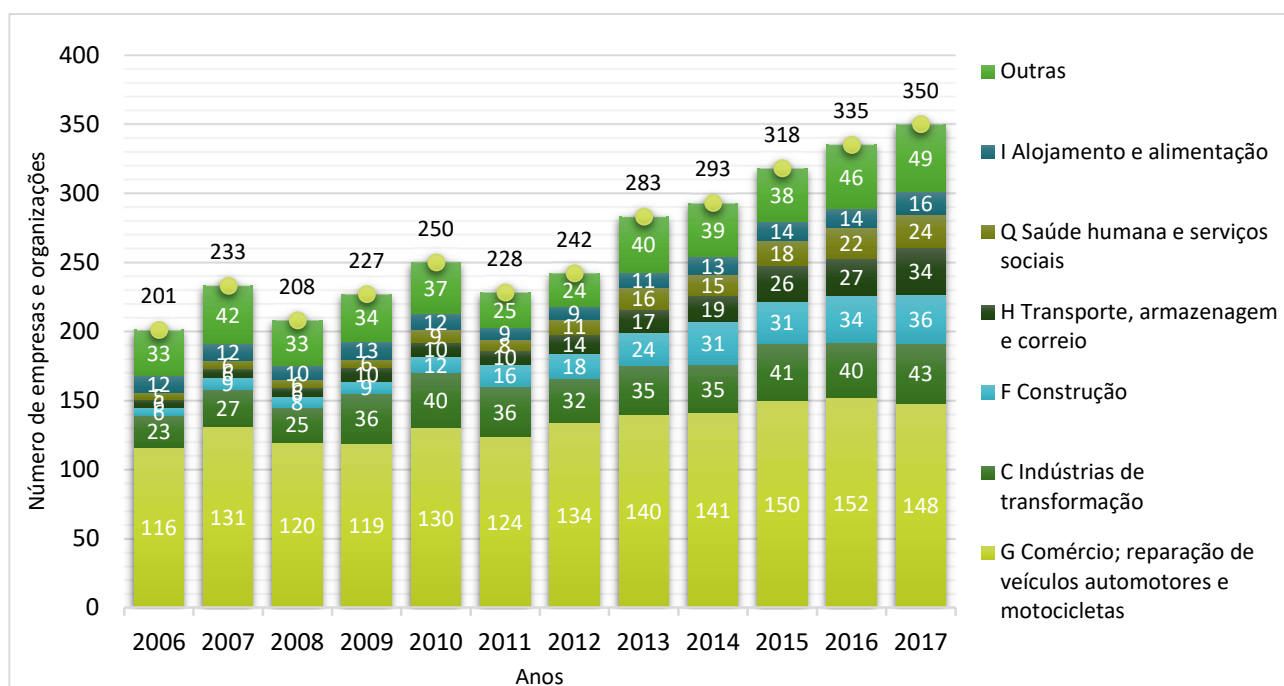
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam

75,71% das empresas e organizações do município no ano de 2017. Em 2017, 85 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 48 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (148, equivalente a 42,29% do total no ano de 2017).

Entre os anos de 2006 e 2017, observou-se crescimento no número de empresas e organizações nas indústrias de transformação (20 empresas), e no setor de construção civil (30 empresas). Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O grupo "H", que representa o setor de transportes, armazenagem e correio, agregou 28 novos estabelecimentos, ao passar de 06 empresas e organizações em 2006 a 34 em 2017. Destaca-se também que esse setor aumentou sua participação relativa, isto é, no ano de 2016 respondia por 8,06% das atividades, enquanto no ano de 2017 aumentou para 9,71% do total das atividades. Portanto, observa-se que principalmente comércio e oficinas mecânicas, indústria de transformação e o setor de construção, foram os

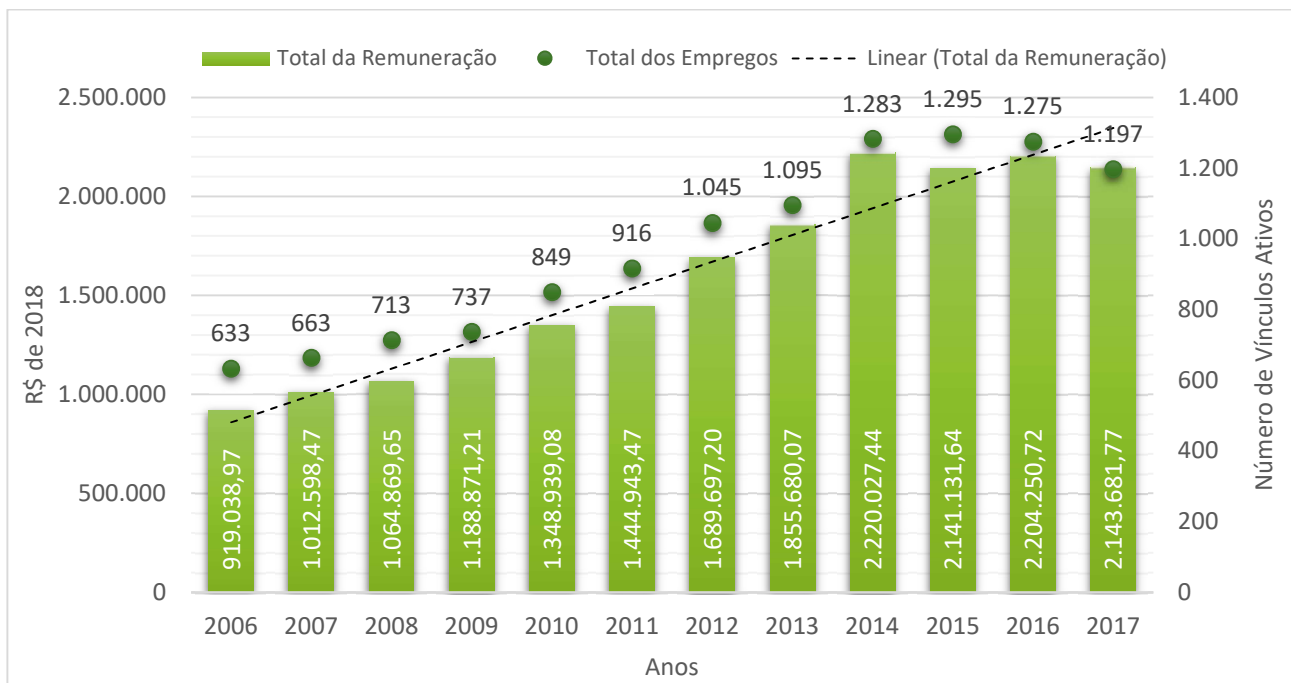
principais responsáveis pelo crescimento econômico do município, no que tange ao meio empresarial.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado por meio das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 633 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 919,03 mil/mês em 2006 para 1.197 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 2,1 milhões/mês em 2017.

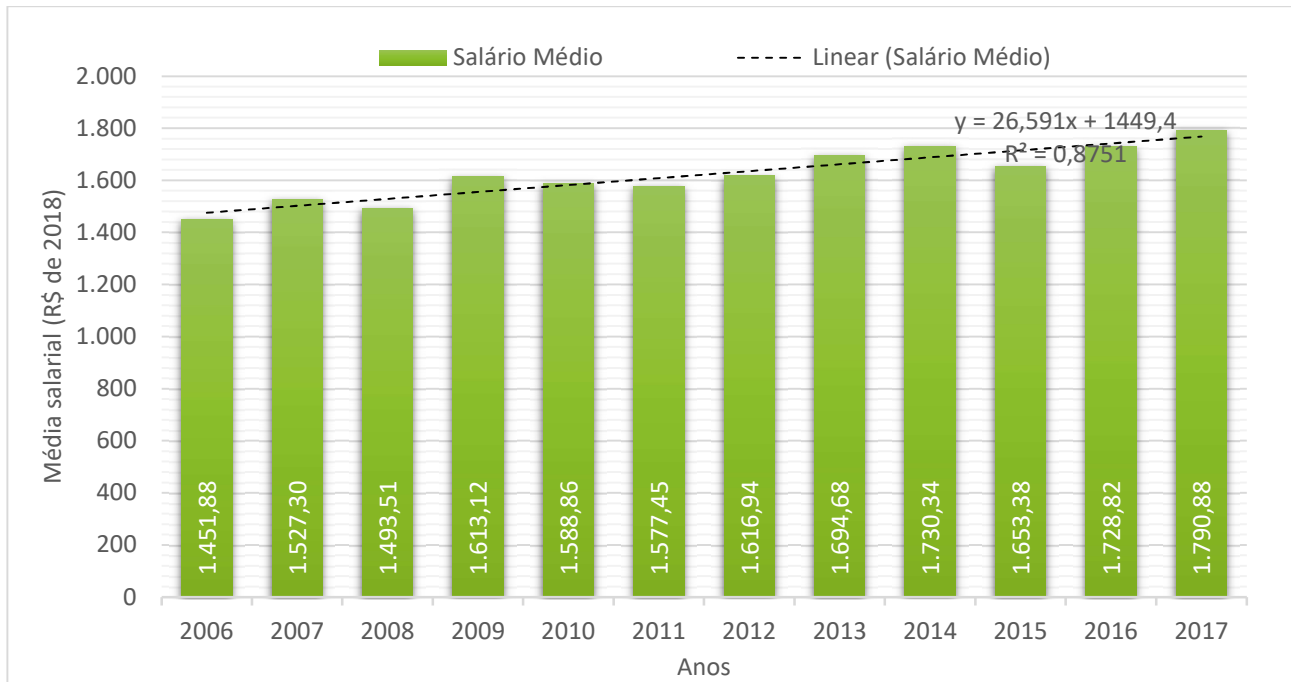
Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Apresenta-se na Figura 7 a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.451,88 por trabalhador em 2006 para R\$ 1.790,88 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

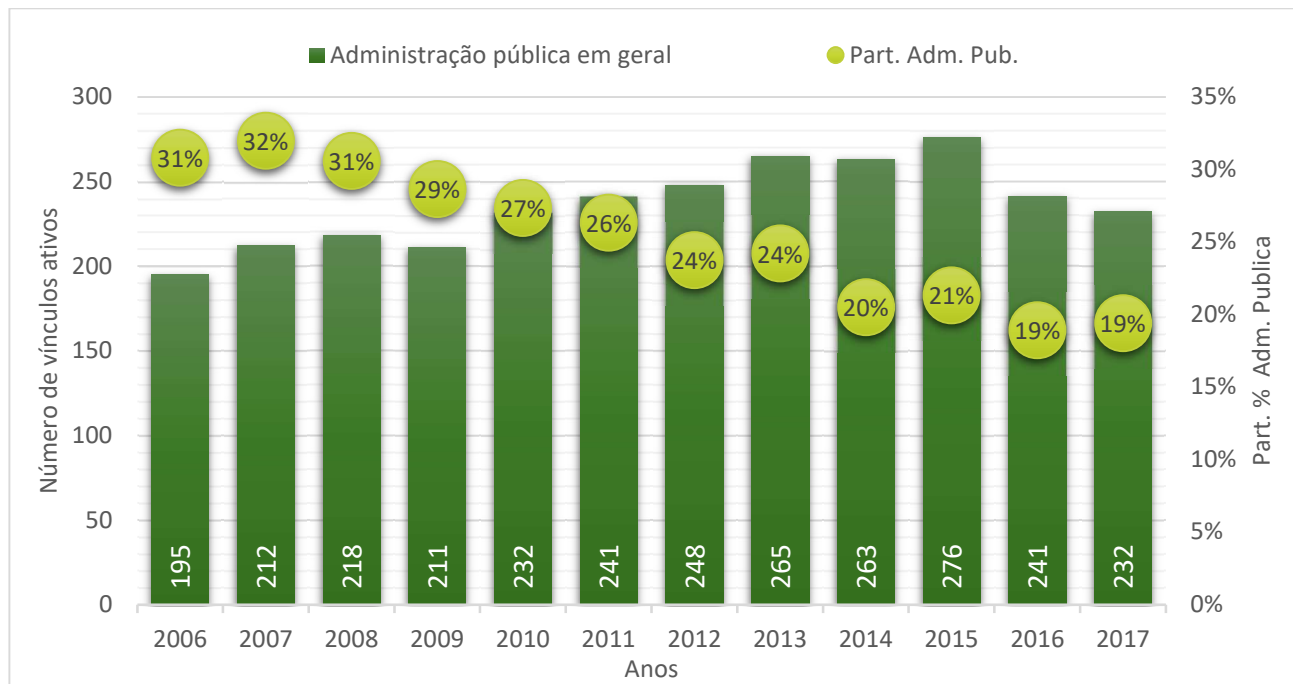


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8, demonstra-se a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município. Observa-se que no ano de 2006 essa participação era de 31% (195 de um total de 633 postos de trabalho existentes), mas passou para 19% em 2017 (232 de um total de 1.197).

Percebeu-se, ao longo do período analisado, uma elevação na oferta total de postos de trabalho da administração pública no município, partindo de 195 empregos em 2006 para 232 em 2017 (elevação de 19%). Por outro lado, no mesmo período, o aumento do número de empregos no setor privado foi de 438 para 965.

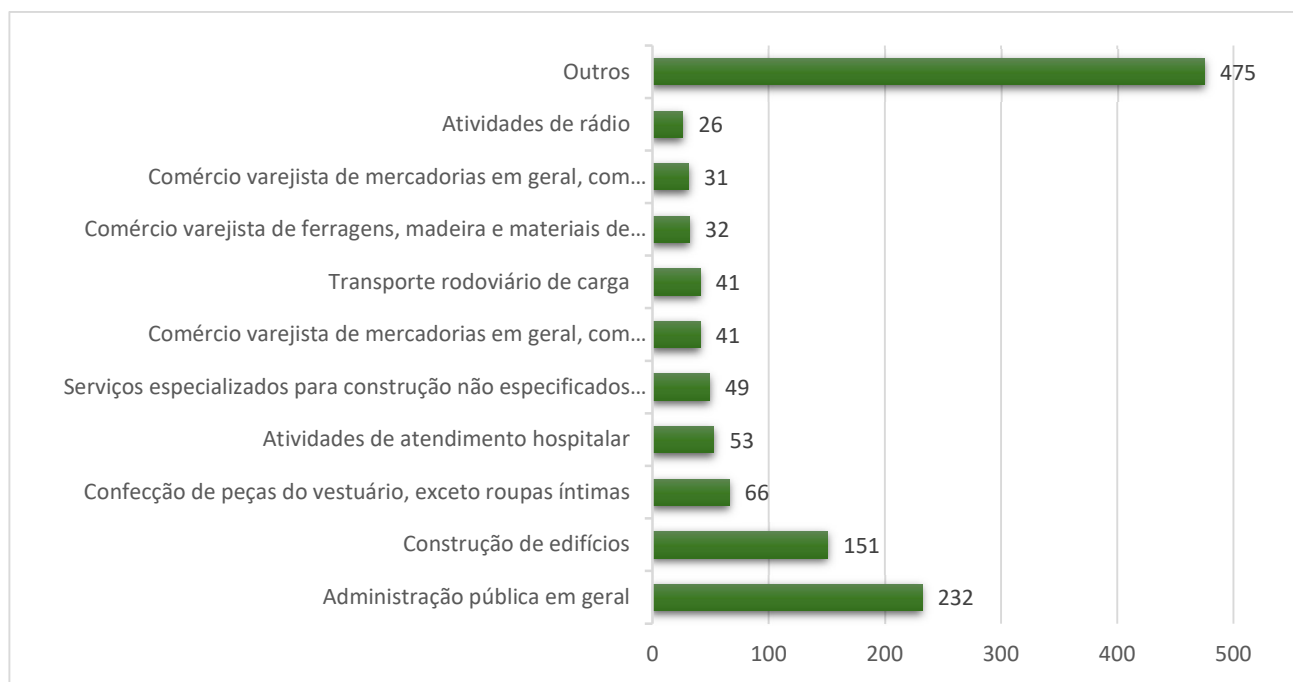
Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais, de acordo com as atividades econômicas, apresenta-se a Figura 9.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na figura 9 é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município para o ano de 2017, onde 19% dos postos de trabalho estão vinculados à administração pública em geral. O setor de construção civil emprega 151 pessoas (12,61% do total), seguido da confecção de peças de vestuário (5,51%), e das atividades de atendimento hospitalar (4,43%). O comércio varejista de mercadorias em geral e o setor de transporte empregam 41 pessoas cada.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 564 novos postos de trabalho, sendo que, entre os setores que mais geraram novos empregos, estão a construção de Edifícios com 93 novos empregos, confecção de peças do vestuário (61), serviços especializados para construção (48), transporte rodoviário de carga (39), administração pública em geral (37), atividades de rádio (18) e comércio varejista de ferragens (15).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município.

O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 91,87% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 76% da área.

Também, 7,33% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 19,32% da área total dos estabelecimentos do município, conforme é possível observar na Tabela 3.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,9% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 99,4% da área dos imóveis rurais.

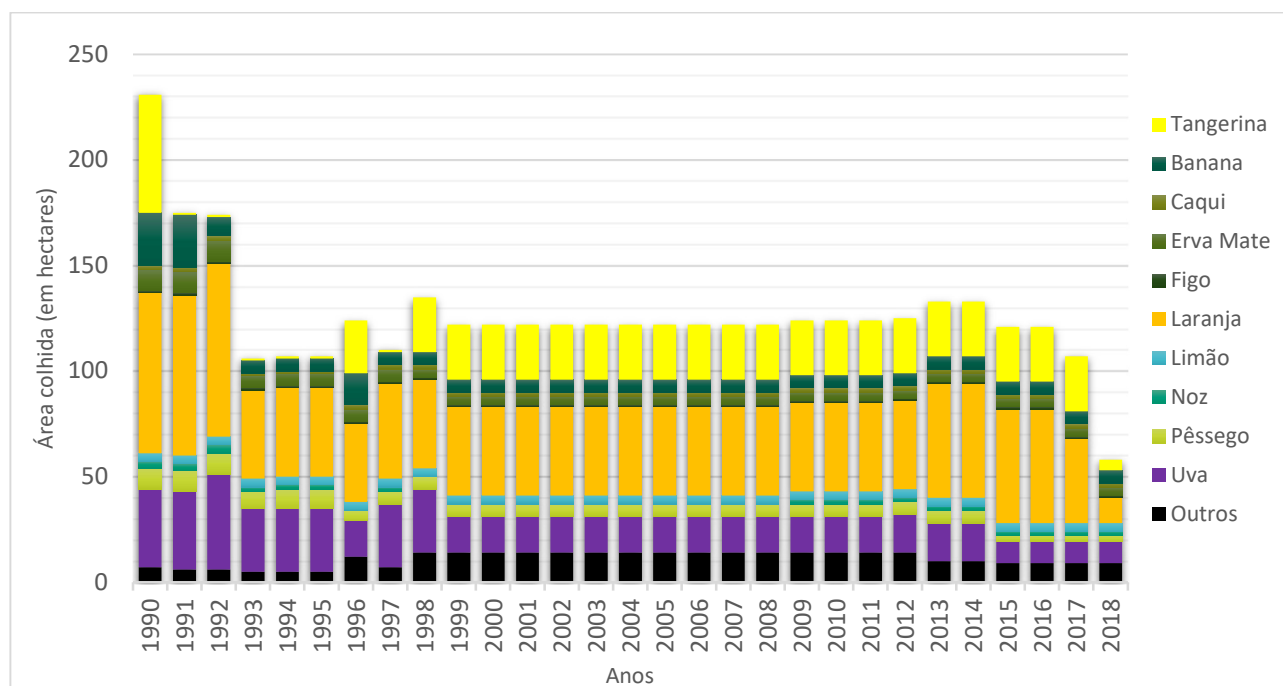
Tabela 3. Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1141	9.108,47	91,87	76,44
1-2	91	2.301,67	7,33	19,32
2-3	09	436,50	0,72	3,67
3-4	01	68,45	0,08	0,57
4-5	0	-	-	-
5-6	0	-	-	-
6-7	0	-	-	-
7-8	0	-	-	-
8-9	0	-	-	-
9-10	0	-	-	-
10-11	0	-	-	-
	1242	11.915,09	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 180 hectares para culturas perenes e 4.675 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente apresentou oscilações de 1990 a 1998.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018

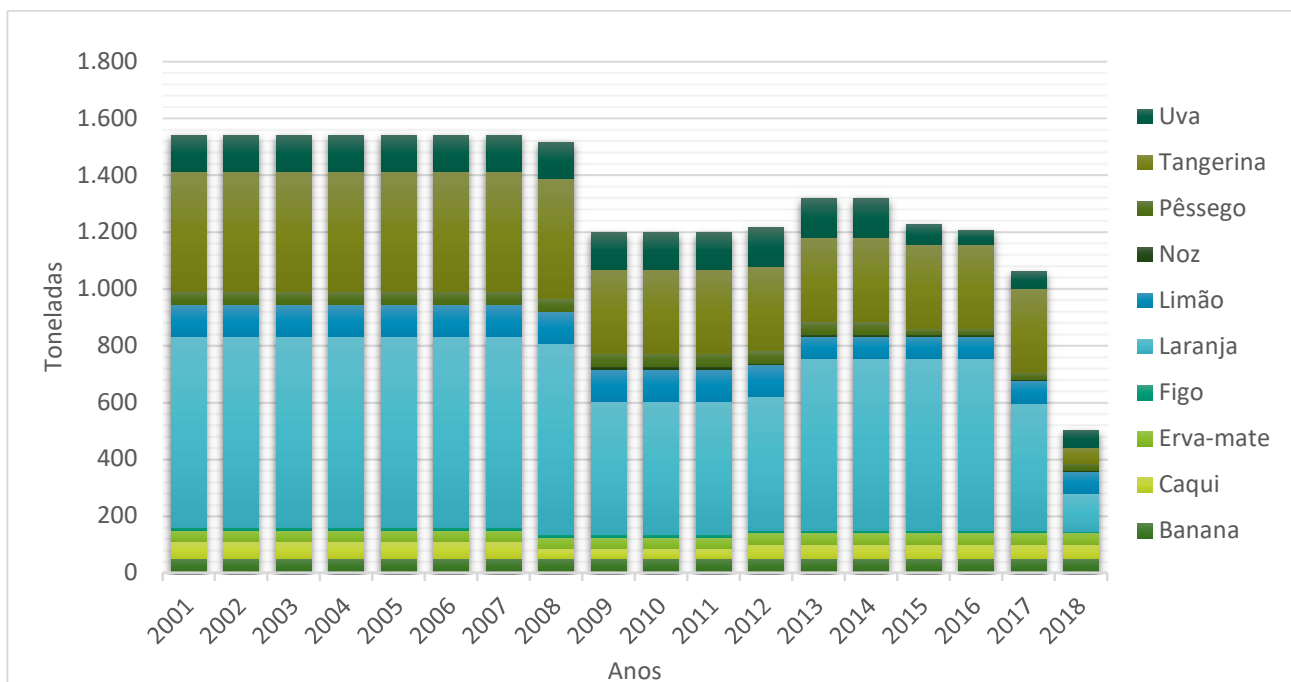
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A área colhida da lavoura permanente foi de 231 hectares em 1990. Entre os anos de 1999 a 2008 a área ficou a redor de 122 hectares colhidos. No ano de 2018 a área foi reduzida para 58 hectares. As áreas de laranja foram reduzidas de 76 hectares para 12 hectares entre os anos de 1990 e 2018. Também, a área colhida de uva passou de 37 para 10 hectares neste mesmo período.

Observa-se que o município vem diminuindo a produção de todas as culturas da lavoura permanente, a saber, banana, tangerina, erva-mate, pêssigo e uva. Outras culturas como figo, limão e caqui permaneceram praticamente sem modificações ao longo do período.

A Figura 11 permite observar que a redução na área resultou em menor produção. Neste contexto, a produção foi reduzida de 1,54 mil toneladas para 501 toneladas entre os anos de 2001 e 2018.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018.

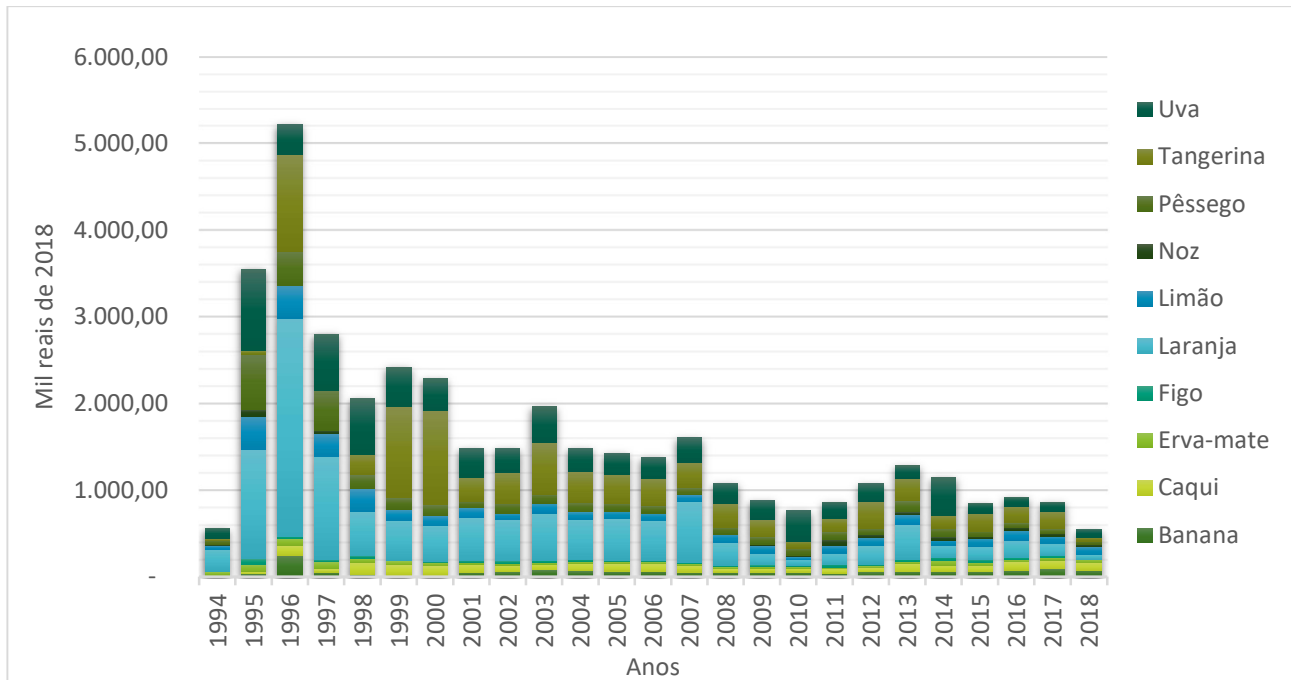


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente, deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. Houve muitas oscilações quanto ao valor total que chegou a R\$5,77 milhões no ano de 1996 (momento de pico), mas passou a sofrer reduções até chegar a R\$ 797 mil no ano de 2018.

Todas as culturas contribuíram para essa queda, em maior grau, destaca-se a laranja, seguida da tangerina, pêsego, limão, uva e banana.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

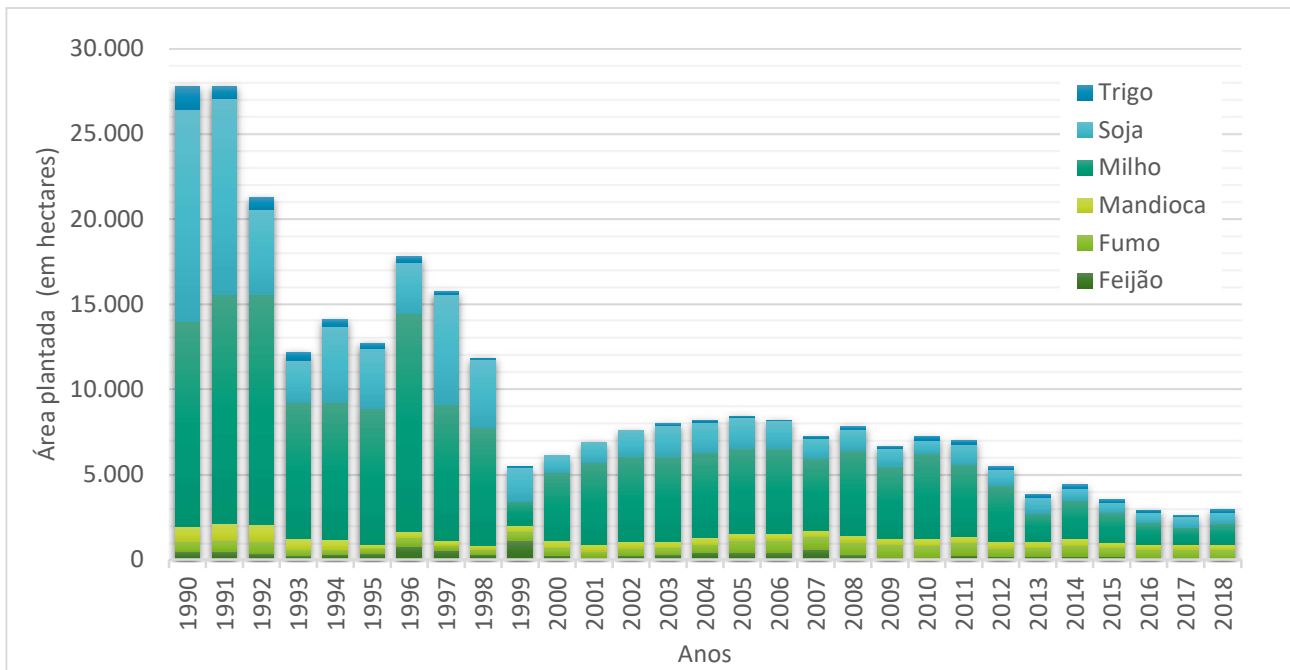


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

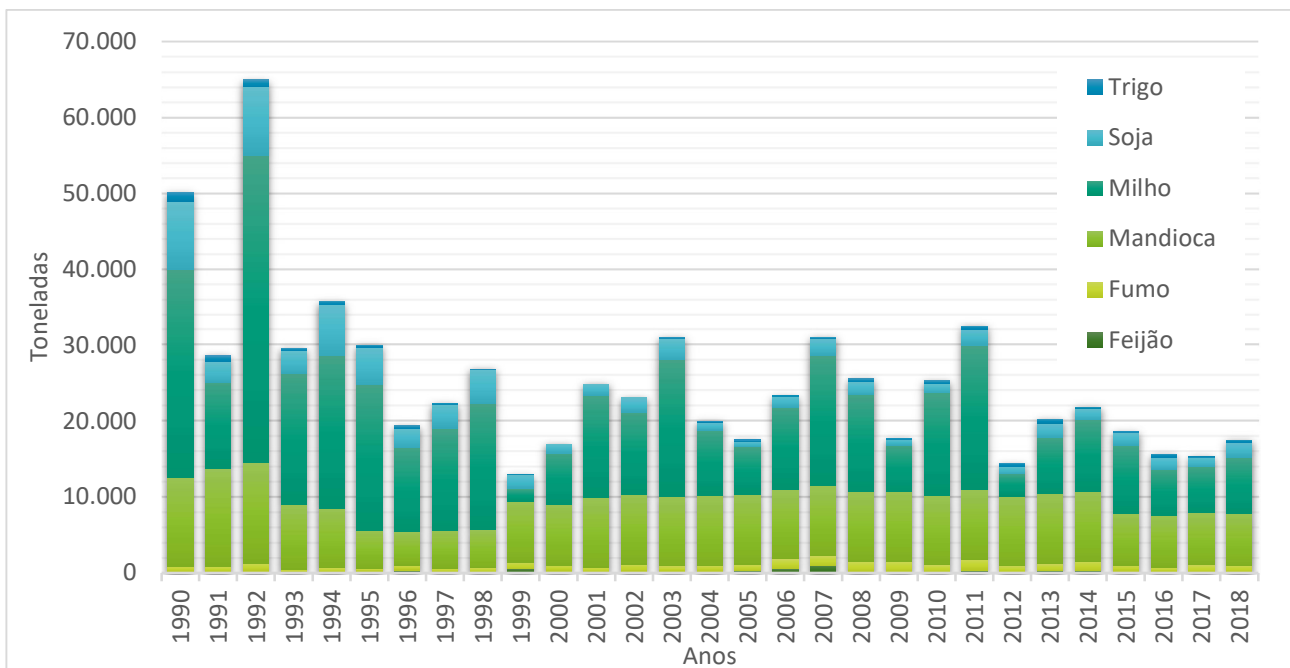
Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 13, que as culturas de milho e de soja se constituem como as principais por apresentarem as maiores áreas plantadas. Porém, é perceptível que todas as culturas apresentam momentos de queda e de recuperação ao longo período.

A soja, em 1990, contava com 12,5 mil hectares, mas passou para 650 hectares em 2018 (redução de 94,80%). A área plantada de milho passou de 12 mil hectares para 1,25 mil hectares no mesmo período (decréscimo de 89,58%).

A área plantada de trigo foi reduzida em 88,89% nos últimos 18 anos, passando de 1,35 mil hectares para 150 hectares. O município conta também com áreas de plantio de feijão, fumo e mandioca. Todas essas culturas também apresentaram redução quando se compara o início e o final do período.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

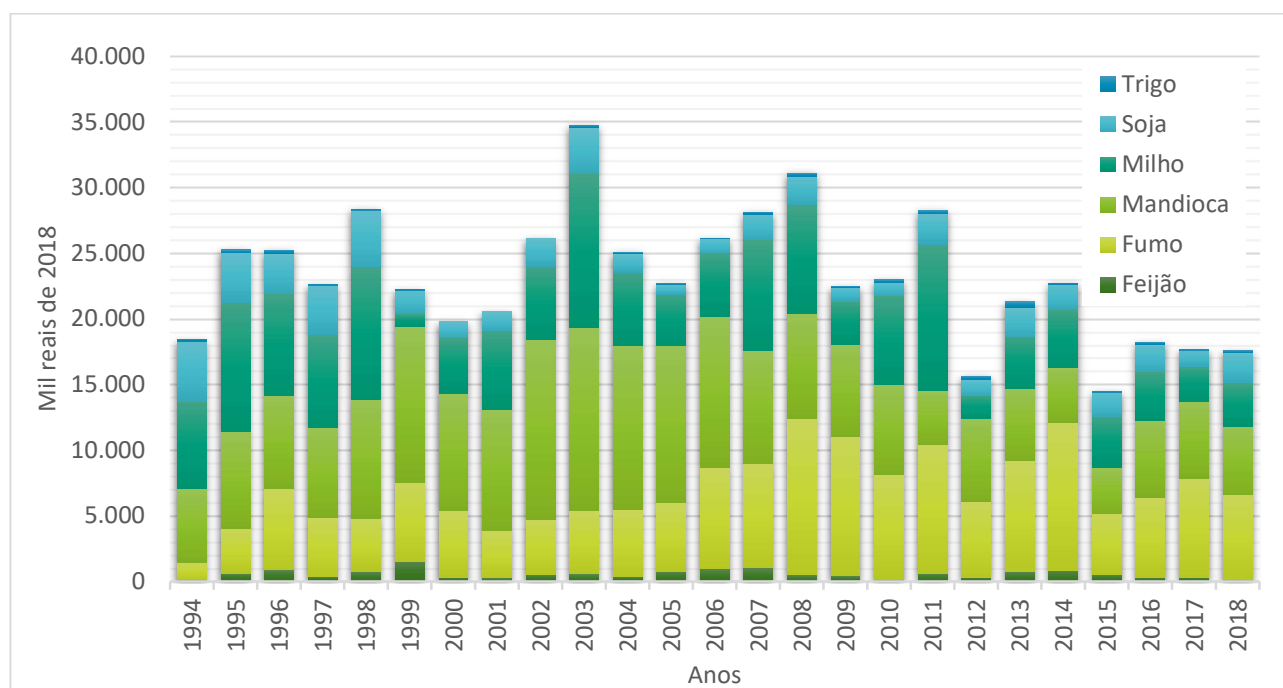
A Figura 14 apresenta a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar que, ao comparar os extremos (1990 e 2018), todas as culturas

reduziram suas quantidades produzidas, exceto o fumo que passou de 720 para 884 toneladas.

A produção de soja passou de 9 mil toneladas em 1990 para 1,95 mil toneladas em 2018. Neste período, a produção de milho reduziu de 27,36 mil para 7,43 mil toneladas, enquanto a de mandioca reduziu de 11,7 mil para 6,9 mil toneladas (decréscimo de 78,33%; 72,86% e 41,03%, respectivamente).

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 34,7 milhões em 2003, o maior valor de 1994 a 2018.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



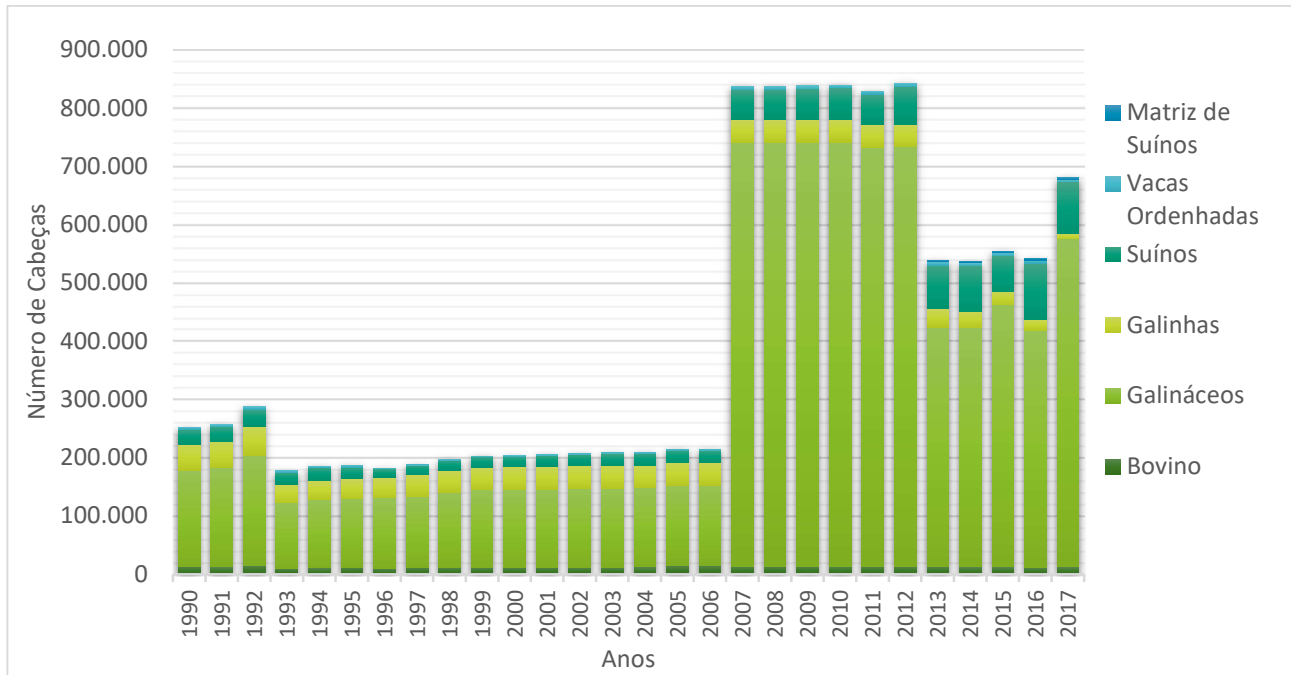
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No ano de 2018, o valor da produção fechou em R\$ 17,6 milhões, com destaque para a participação relativa do fumo (36,89%), da mandioca (29,45%) e do milho (19,01%).

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 que em 2007 os rebanhos aumentaram significativamente.

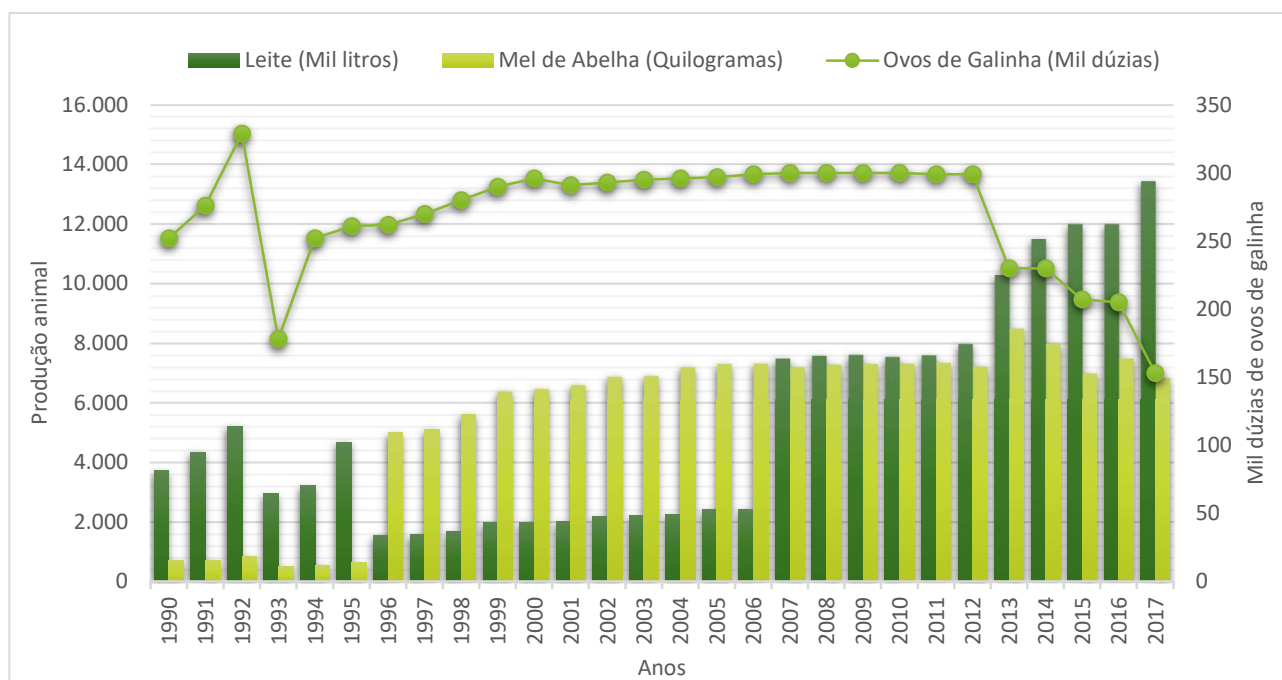
Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Destaca-se a elevação no rebanho de aves de corte, entre os anos de 2006 e 2007 e, posteriormente, a redução entre os anos de 2011 e 2012. Em 2017, o efeito de rebanhos ficou estimado em 563,5 mil galináceos, 88,75 mil suínos, 12,6 mil bovinos, 8,5 mil galinhas de postura, 4,1 mil vacas ordenhadas e 3,15 mil matrizes de suínos.

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que a atividade leiteira comercial no município evoluiu. Nos anos de 1996 a 2006 esteve abaixo de 2,5 milhões de litros de leite, mas no período entre 2007 e 2012 a produção ficou ao redor de 7,5 e 7,9 milhões de litros. Nos anos seguintes cresceu e alcançou 13,4 milhões de litros em 2017.

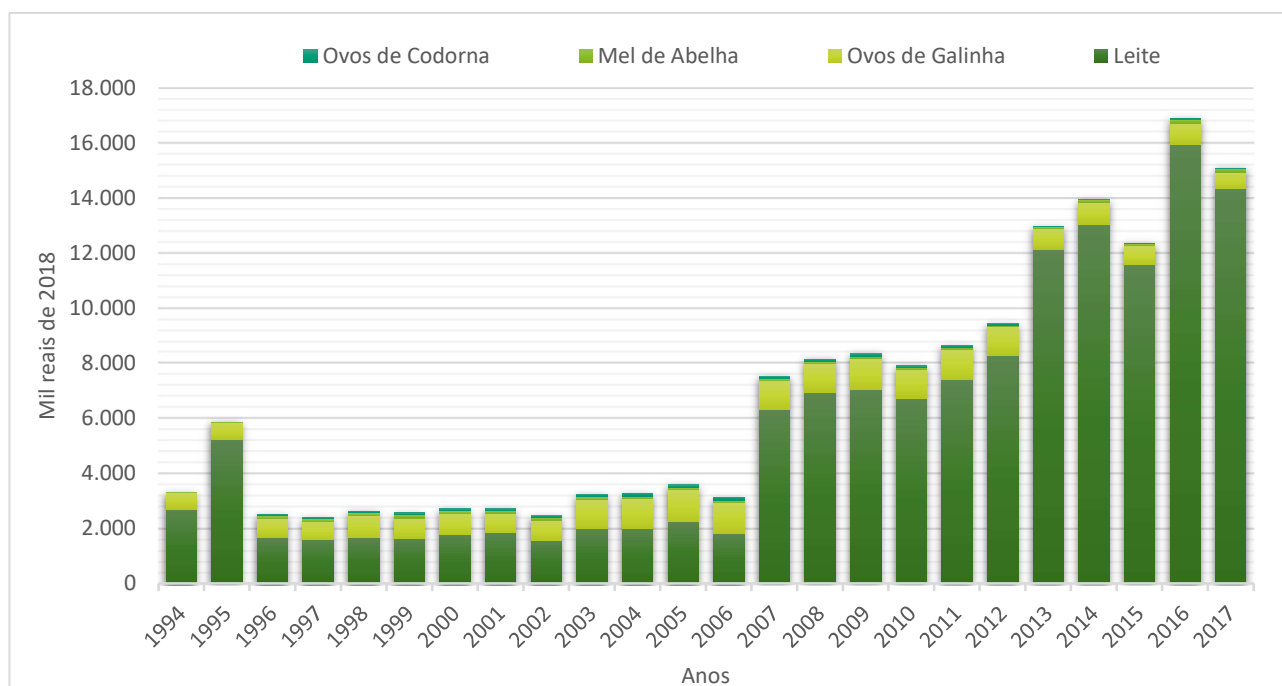
Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel no município que, no ano 1990, era de 685 quilos, passou por oscilações até o ano de 1995, onde iniciou um longo período de crescimentos consecutivos. Passando de 4,9 mil quilos em 1996 a 7,3 mil quilos em 2006. Momento em que voltou a apresentar oscilações, fechando o ano de 2017 com 6,8 mil quilos produzidos.

No ano de 1990 foram produzidas 252 mil dúzias de ovos de galinha. Essa produção cresceu, chegando a 329 mil dúzias no ano de 1992, maior produção encontrada. A produção voltou a cair e encerrou 2017 com 153 mil dúzias, menor quantidade produzida do período.

O município teve produção de ovos de codorna, entretanto, em escala inferior. De 1996 a 2012 a produção foi acima de 19 mil dúzias. Em 2013, houve queda para apenas mil dúzias, mesma produção encontrada nos anos 2015, 2016 e 2017.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal (Figura 18). No ano de 2017, foram produzidos 14,3 milhões de litros de leite no município. Por sua vez, o valor da produção de ovos de galinha encerrou o ano de 2017 em torno de R\$ 600 mil.

Os produtos agropecuários apresentaram momentos de baixa e posterior crescimento na quantidade produzida e no valor obtido pela venda dos mesmos. O valor da produção acompanhou essa evolução, passando de R\$ 3,1 milhões para R\$ 15 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

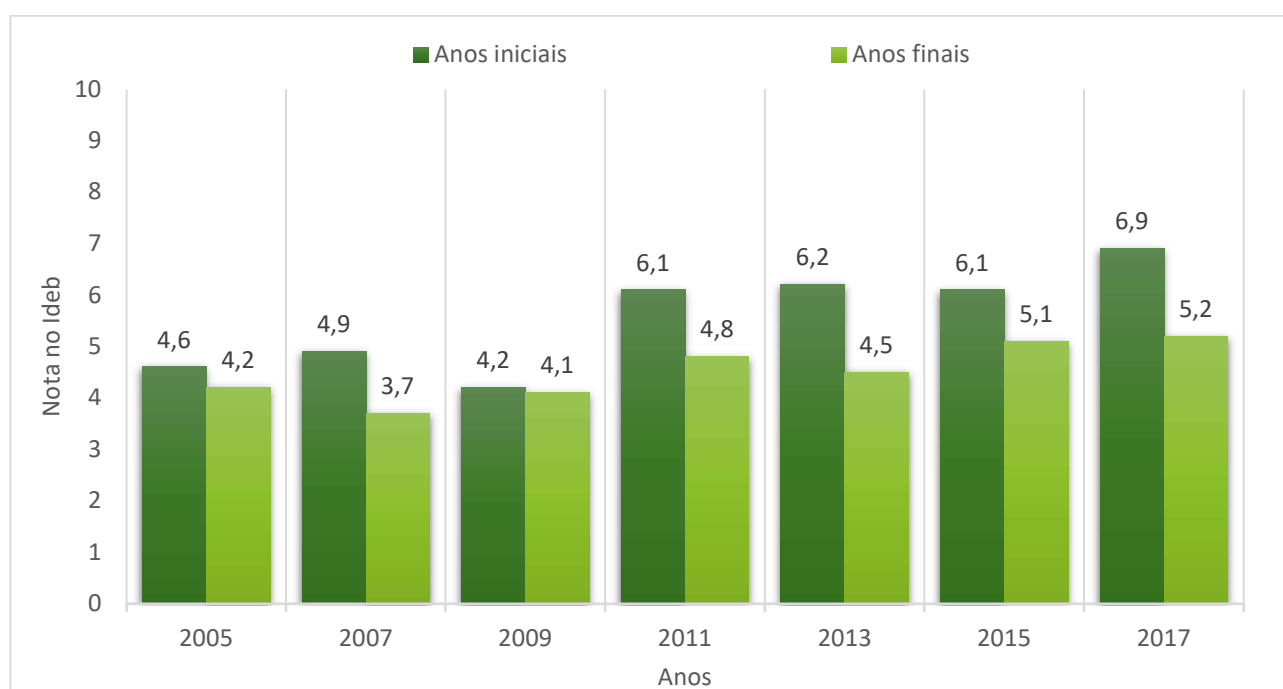
De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,7%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil.

Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 824 matrículas no ensino fundamental e 211 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 66 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 33 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 8 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais se manteve abaixo da nota 5 nos anos de 2005 a 2009. Somente no ano de 2011 elevou seu patamar atingindo a nota 6,1, sendo que a melhor nota foi obtida no ano de 2017 (6,9).

Figura 19. IDEB das escolas do município de Palmitinho/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

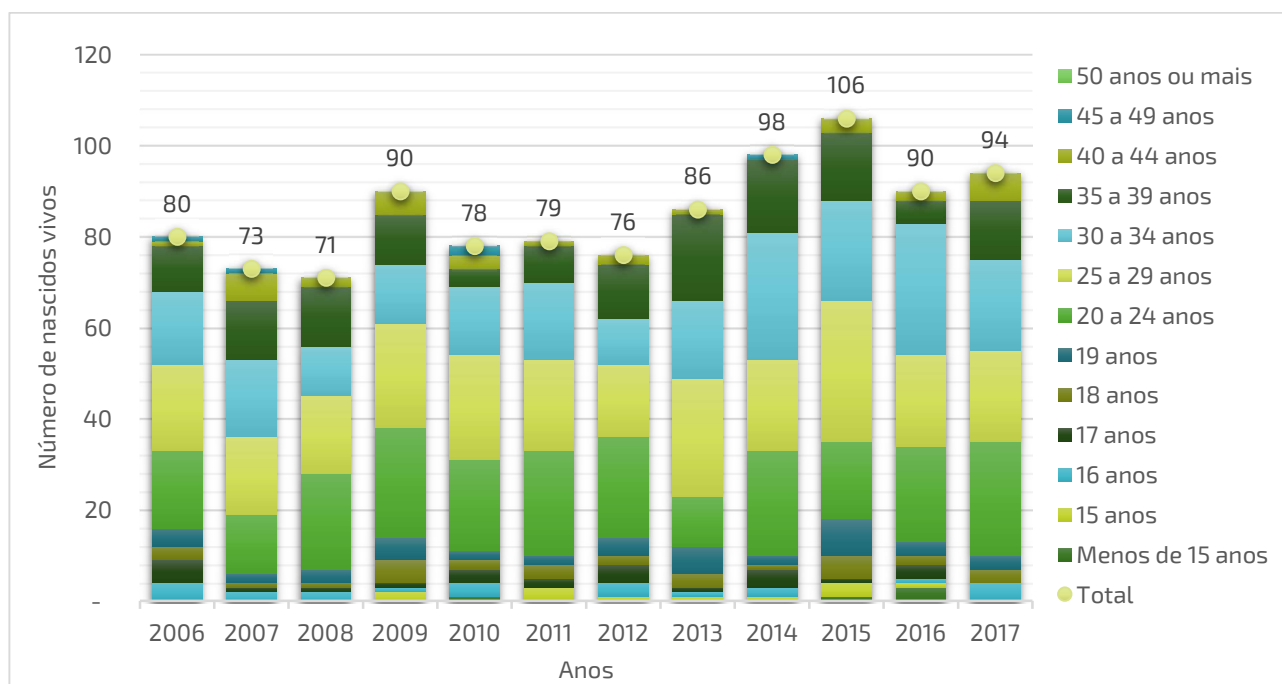
Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado foi inferior ao do ensino fundamental. Após muitas oscilações no desempenho, os alunos obtiveram uma nota de 5,2 no ano de 2017, a maior nota encontrada no período analisado.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 80 nascidos vivos em 2006 para 94 em 2017. Sendo que a ano de 2015 apresentou o maior número de nascidos vivos do período (106).

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20). Em 2017 foram registrados sete partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados seis partos de mães com mais de quarenta anos.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Palmitinho/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

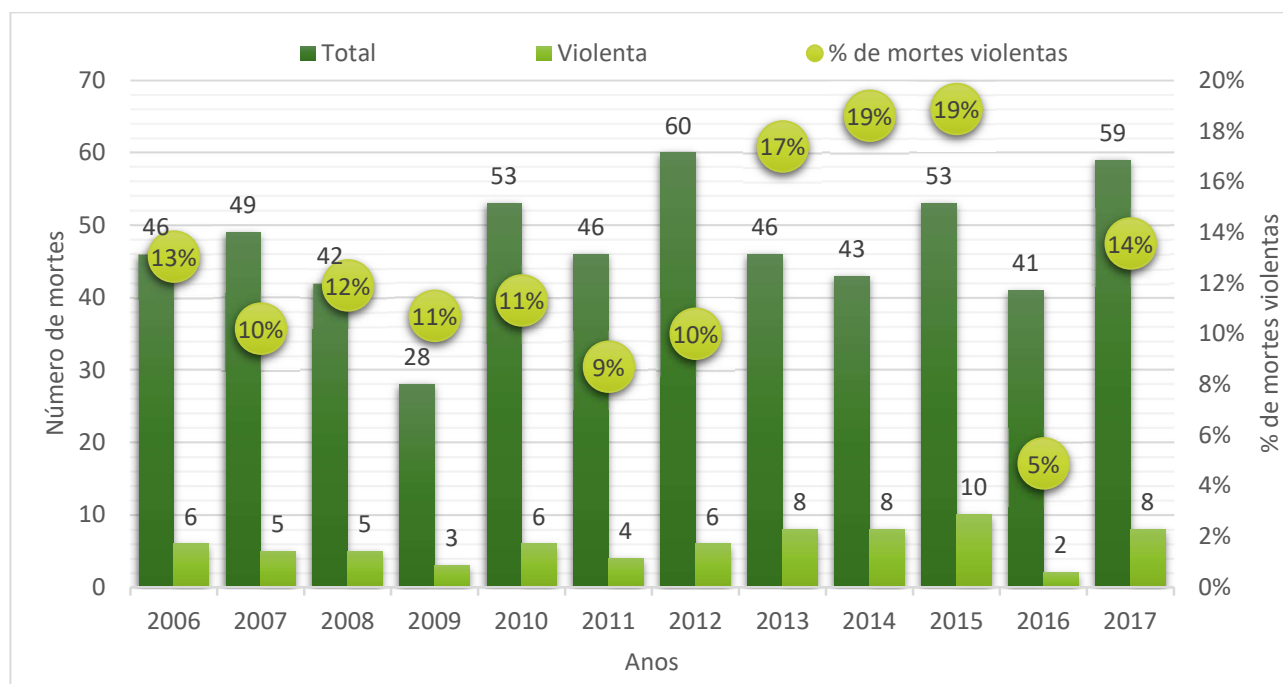
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.71 para 1.000 nascidos vivos. As interações devido às diarreias são de 9.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 15 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 298 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 13% e 14% respectivamente.

Em 2016 chegou a alcançar o patamar mais baixo (5%), em contrapartida, nos anos de 2014 e 2015 atingiu o patamar mais elevado (19%).

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Palmitinho/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 28 mortes, porém 11% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2012 em um total de 60 mortes, sendo que 10% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 566 óbitos, dos quais 71 (13%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 13% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)

	<ul style="list-style-type: none"> • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

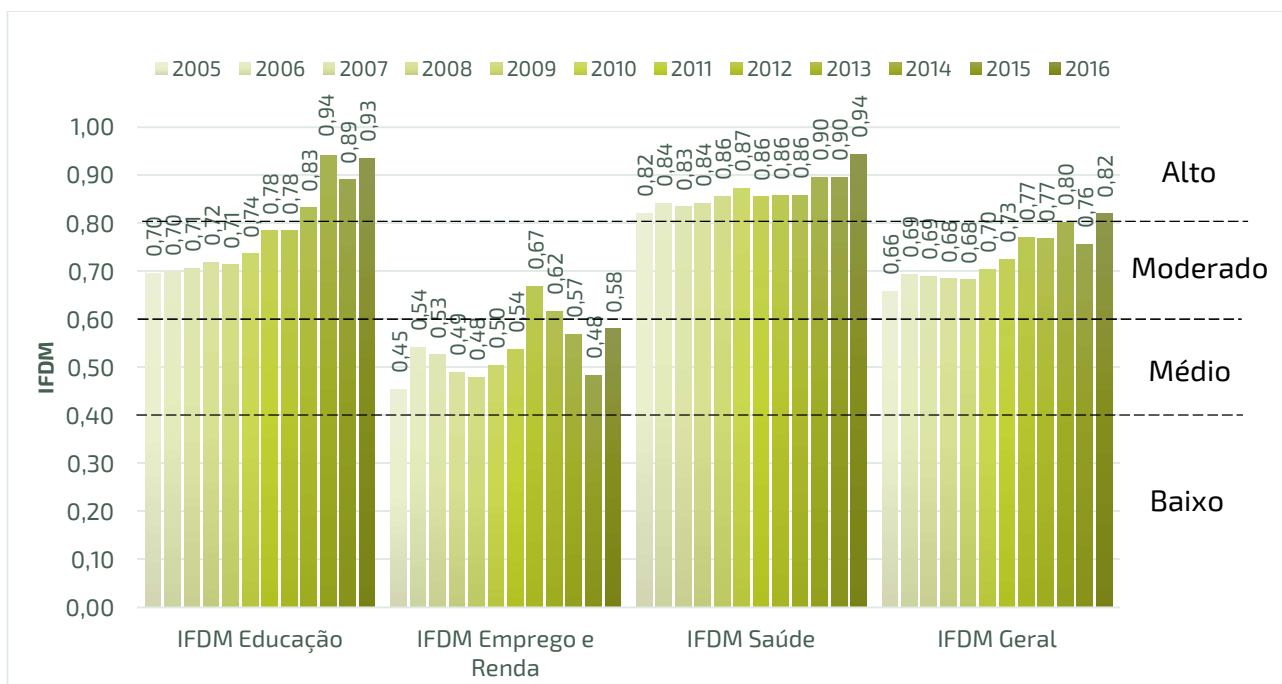
Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município melhorou o índice de 2005 a 2016, porém apresentou uma queda no emprego e renda de 2012 a 2015, voltando a crescer em 2016.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Palmitinho possui "45,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 17,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 264 de 497, 132 de 497 e 283 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2412 de 5570, 1147 de 5570 e 2075 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 14.404,60 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 11.915,09 mil hectares. Destes, 8,29% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), e 8,9% como Reserva Legal, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	14.404,60	
Número de imóveis rurais	1.242	
Área total dos imóveis rurais	11.915,09	82,72
Área média:	9,59	
Área mínima/máxima:	0,09 / 68,45	
APP	988,30	8,29

APP - Recomposição	22,01	0,18
Reserva Legal	1.060,14	8,9
Vegetação Nativa	2.727,18	22,89
Servidão Administrativa	102,91	0,86
Área Consolidada	8.484,12	71,2
Banhados	0,29	0
Número de Nascentes	64,00	0
Uso Restrito	141,98	1,19
Hidrografia	231,93	1,95
Topo de Morro	3	0,03
Áreas: Não Declarada - Outras	2.489,51	17,28

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1.242 imóveis rurais, 54% mantém APP, 97% possuem área consolidada e 41% contam com reserva legal.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	672	1.010	570	54	46
Área Consolidada	1.000	8.484	42	97	3
Banhado	2	0	1.240	0	100
Hidrografia	637	184	605	51	49
Nascente olho d'água	54	-	1.188	4	96
Reserva Legal	515	1.060	727	41	59
Servidão Administrativa	691	103	551	56	44
Uso Restrito	54	142	1.188	4	96
Vegetação Nativa	1.084	2.727	158	87	13
Área topo de morro	2	3			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – PALMITINHO					
Número Total de I.R.:	1.242	11.915,09			
Área Total do Município:		14.404,60			
% Área declarada/Área Município:		82,72			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, ressalta-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CIDADE BRASIL. **Município de Palmitinho**. Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-palmitinho.html>. Acesso em nov/2019.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, Histórico e dados do município de Palmitinho (RS). 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITINHO (RS). Dados Geográficos e História. 2019. Disponível em: <https://palmitinho.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.